

Memo.020/2005CPAV-UNIR

Porto Velho, 25 de julho de 2005

Da: Coordenação da CPAV  
Dra. Walterlina Brasil

Para: Reitor da UNIR, Presidente dos Conselhos Superiores  
Dr. Ene Glória da Silveira

Ref.: Projeto de Avaliação Institucional (Encaminha)

Magnífico Reitor,

Apraz-me encaminhar ante-projeto de avaliação institucional da Universidade Federal de Rondônia com proposta de Resolução, produzido pela Comissão Própria de Avaliação, Portaria 0277 /2005/GR, para ser apreciado **em caráter de urgência** pelo Conselho Superior da UNIR para versão definitiva.

Tomamos a liberdade de sugerir que a plenária especial do Conselho Superior para julgar a matéria tenha abertura de 30 minutos para uma exposição por parte da comissão da natureza do projeto, acompanhada de **estudo da PROPLAN** de viabilidade financeira para execução da mesma.

Lembramos que a definição de um plano de recursos para execução da avaliação a partir de um estudo daquela Pró-Reitoria foi compromisso desta reitoria em reunião com a comissão em seu gabinete no dia 24 de maio do ano em curso. Na oportunidade, a execução da avaliação dependerá também da constituição definitiva de uma comissão institucional. Consideramos, portanto, encerrado pelo momento, as atividades desta comissão quando da apresentação deste projeto deixando o Conselho Superior a vontade para deliberar, conforme encaminhamento no memorando 020/2005-CPAv-UNIR.

Atenciosamente,

Walterlina Brasil  
Coordenação CPA

**Resolução nº00X /CON....., de ... de .... agosto de 2005**

Aprova o Projeto de Avaliação Institucional da UNIR

O Conselho ..... da Universidade Federal de Rondônia, no uso de suas atribuições e considerando :

- Processo no....., da Comissão Própria de Avaliação da UNIR, constituída com a finalidade de elaborar projeto de Avaliação Institucional nos termos da Lei 10.861/2004
- Deliberação na ..... sessão do CON.....,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** - Aprovar o Projeto de Avaliação Institucional da UNIR, em anexo a esta Resolução, a ser concluído no mês de março de 2006.

**Art. 2º**- O projeto deverá ser coordenado pela Comissão Própria de Avaliação da UNIR, constituída nos termos regimentais por Resolução própria do Conselho Superior Universitário.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

**Ene Glória da Silveira**  
**Presidente**

# **UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA**

## **ANTE-PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL** **Anexo a Resolução.....**

**Proponente**

**Comissão Própria de Avaliação Institucional**

***Responsabilidade Técnica:***  
Walterlina Brasil (Coordenadora)

***Revisão Final:***  
Walterlina Brasil  
Maria do Socorro Torres Gomes Joca

# SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>2- JUSTIFICATIVA .....</b>	<b>6</b>
<b>3- OBJETIVOS: .....</b>	<b>10</b>
3.1-OBJETIVO GERAL.....	10
3.2-OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	11
<b>4- PRODUTOS .....</b>	<b>11</b>
<b>5- REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLOGICO:.....</b>	<b>12</b>
5.1- Princípios e Abordagem .....	12
5.2 - Desenho Metodológico em Função das Etapas de Auto-Avaliação.....	15
5.3- Questões de Avaliação.....	19
<b>6- ABRANGÊNCIA .....</b>	<b>20</b>
<b>7- LIMITAÇÕES .....</b>	<b>21</b>
<b>8- SISTEMA DE GERENCIAMENTO E RECURSOS NECESSÁRIOS .....</b>	<b>22</b>
<b>8.1 - Necessidades .....</b>	<b>23</b>
8.1.1 Recursos Humanos.....	23
8.1.2 Materiais de Consumo: .....	23
8.1.3 Equipamentos:.....	24
<b>9 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO .....</b>	<b>24</b>
<b>10. ORÇAMENTO.....</b>	<b>25</b>
<b>11. META-AVALIAÇÃO.....</b>	<b>25</b>
<b>12. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>25</b>

# ANTE-PROJETO DE AUTO-AVALIAÇÃO UNIR

## IDENTIFICAÇÃO

Fundação Universidade Federal de Rondônia  
CGC 04.419.93/1000-90  
Endereço: Av. Presidente Dutra, 2569 – Centro  
Reitor: Ene Glória da Silveira

## Comissão Própria de Avaliação Institucional:

- **Walterlina Brasil** – Coordenadora/ Departamento de Ciências da Educação/Núcleo de Educação
- **Maria Berenice Alho da Costa Tourinho**/ Departamento de Sociologia e Filosofia/Núcleo de Educação
- **Carlos Luis Ferreira da Silva**/ Departamento de Informática/Núcleo de Ciência e Tecnologia/ ADUNIR
- **Rosângela de Oliveira Ferreira**/ Pro-Reitoria de Planejamento
- **Ary Renato Pires Ribeiro**/ Sindicato dos Trabalhadores em Educação-SINTUNIR
- **Elizabeth Pitwak Machado Silva**/ Departamento de Direito/Campus de Cacoal
- **Maria Cristina Victorino de França**/ Departamento de Letras/Campus de Guajará-Mirim
- **Maria do Socorro Gomes Torres Joca**/ Departamento de Letras e Educação/ Campus de Vilhena
- **Flavine de Assis Miranda**/ Departamento de Educação/ Campus de Rolim de Moura
- **Ana Fanny Benzi de Oliveira Bastos**/ Departamento de Ciências Exatas/Campus de Ji-Paraná
- **Wanderlei Trentim**/ Conselho Estadual de Educação
- **Márcio Marinho Martins**/ Representante estudantil – DCE / Curso de História
- **Ricardo Bagatini**/ Representante estudantil – DCE/ Curso de Medicina

A equipe CPAV é elaboradora desta proposta, após mediante atividades de oficinas realizadas nos campi e reuniões de trabalho no período de abril a junho de 2005.

## 1. APRESENTAÇÃO

Este documento trata da proposta do Projeto de Auto-Avaliação da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), em relação ao seu percurso técnico, metodológico e político. Está produzido com base no roteiro para avaliação institucional das IES, tendo por base a Lei no.10861 de 14 de abril de 2004 e Portaria 2.051, de 09 de junho de 2004 (anexo 1). Também considera documentos de trabalho do INEP Roteiro de Auto-Avaliação Institucional 2004, Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior, além das orientações recebidas na reunião de Capacitação dos Gestores Acadêmicos das IFES/CEFETS – Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste<sup>1</sup>. Para este projeto recuperou-se também documentos existentes na UNIR que envolvem ou envolveram avaliação institucional, em especial o Projeto apresentado no âmbito do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), bem como pesquisas internacionais, replicando elementos compatíveis com o diagnóstico procedido nas questões avaliativas, orientações quanto ao foco da avaliação e pesquisas internacionalmente reconhecidos<sup>2</sup>.

A elaboração do projeto esteve a cargo da Comissão Própria de Avaliação da UNIR (CPAv), instituída através das Portarias 1.074/2004 e ampliada através das Portaria 0277/GR/2005, com representantes dos três segmentos da comunidade acadêmica, indicados por suas respectivas entidades: ADUNIR, SINTUNIR e DCE. Também fazem parte representantes da administração superior, dos campi e da comunidade externa, este último através do Conselho Estadual de Educação.

Neste projeto estão declarados os princípios da avaliação, as questões avaliativas e uma proposta de ferramentas, custos e cronograma. Apresenta-se apêndice com relatório de trabalho, bem como respectivos anexos produzidos durante a etapa de formulação, através das oficinas realizadas nos campi da UNIR em Guajará Mirim, Vilhena, Cacoal, Rolim de Moura, Ji-Paraná e Porto Velho. Durante a fase de elaboração produziu-se questões avaliativas orientadoras do processo de construção de

---

<sup>1</sup> Estes documentos estão disponíveis na página [www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br). A capacitação para os gestores ocorreu nos dias 05 e 06 de novembro de 2004 e CPAv participou através de sua coordenadora.

<sup>2</sup> A propósito na UNIR, nos deparamos com a pesquisa de perfil docente e diagnósticos de satisfação de usuários.

indicadores e da relação destes com os elementos obrigatórios e opcionais previstos no SINAES. Detalhes deste processo encontra-se aqui no item metodologia.

A elaboração do projeto – em conjunto com a etapa de sensibilização - revelou temas que devem ser objeto de preocupação na condução da avaliação e, por si só, elementos de diagnóstico para prática, viabilidade e factibilidade da avaliação na UNIR em relação, especialmente, a existência do Plano de Desenvolvimento Institucional como uma matriz importante para avaliação, concomitante com a inexistência do Projeto Pedagógico Institucional. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento da auto-avaliação prenuncia desafios à comunidade acadêmica em especial e à habilidade da comissão de avaliação em coordenar uma ação instrospectiva de alta relevância que fosse capaz de oferecer dados que contemplem espelhar tamanha complexidade de relações profissionais, trabalhistas e pessoais envolvendo aspectos qualitativos e ao mesmo tempo subjetivos, nos campos afetivo, psicossocial e político.

## **2- JUSTIFICATIVA**

Com o objetivo de garantir as fronteiras brasileiras na década de 1970 do século XX, a política de colonização da Amazônia brasileira voltou-se para nossa região e, sob o escudo do “integrar para não entregar” em meio ao governo militar passou a mandar seus migrantes. Simultaneamente ocorria a necessidade de colonização destas fronteiras distantes, enquanto, por razões fundiárias ocorria a necessidade de promover um processo migratório lançado dos Estados da região sul, sudeste e centro-oeste para solução dos á então visíveis e evidentes contendas decorrentes das lutas pela terra, contrapondo-se os grandes proprietários e os pequenos agricultores que para cá foram mandados com a promessa do “Eldorado”.

Nesse contexto histórico de crescimento acelerado e sem o devido planejamento, o Estado de Rondônia, sob o comando do então governador Jorge Teixeira, estabeleceu como uma e suas prioridades a nova Universidade, criada em 08 de julho de 1982, através do Decreto 7.011, mas instalada em outubro de 1982, com vistas a promover a formação de profissionais qualificados e especializados para dar apoio ao desenvolvimento regional. Estas e outras prioridades foram definidas no

Plano Institucional da Universidade de Rondônia<sup>3</sup>. Uma característica da criação da UNIR foi a incorporação do Centro de Ensino Superior de Rondônia (CESUR), com seu corpo de docentes, técnicos, discentes, patrimônio, dotação orçamentária e possivelmente, “hábitos” institucionais, bem como seus problemas, eivados do lastro de estar convertendo-se na passagem do ex-território a condição de unidade autônoma da federação.

Atualmente, a UNIR sofre as conseqüências da distribuição matricial de recursos em decorrência do que são desencadeadas questões fragilizadoras de sua participação regional e nacional pela falta de recursos humanos para atividades-meio e ampliação dos quadros para docência, pesquisa e extensão acadêmica. O desenvolvimento histórico retrata as dificuldades de desenvolvimento científico da instituição pela crescente e pouco alentadora capacidade de refletir sobre a sistematização dos processos produtivos de ensino, pesquisa, extensão e principalmente, ambiente político e técnico para o desenvolvimento da avaliação. Este quadro atualmente se vê revisitado em vistas ao cumprimento de etapa interna de avaliação que, embora responda adequadamente a legislação em vigor a partir da Lei 10.861/2004, a comunidade acadêmica carece de realização de avaliação para refletir sobre suas vitórias e incertezas, intensificar as ações com vistas a um futuro de excelência e dar a si mesma a oportunidade de conhecer-se quanto ao estágio de desenvolvimento em que se encontra e o que poderá estabelecer-se como sendo um processo de tornar-se ambiente, pessoas e instituição melhores do que somos, dentro do cenário que encontramos-nos.

A UNIR se mantém no Estado de Rondônia como a única instituição pública que oferta serviços de educação superior. A expansão da oferta pela UNIR representa uma parcela de uma pouco mais de 48% dos resultados da obtenção deste nível educacional<sup>4</sup>. Sua origem se confunde com a própria criação do Estado, mas sabe-se pouco sobre sua capacidade de inserir-se no processo de desenvolvimento regional.

---

<sup>3</sup> Documento elaborado por consultores da Fundação João Pinheiro entre novembro de 1983 e fevereiro de 1984. A metodologia se constituiu de ampla mobilização da comunidade e representação de órgãos federais, estaduais e municipais à época.

<sup>4</sup> Cf. Brasil, W. 2004.

Critérios de relevância e pertinência<sup>5</sup> são discutidos de maneira aleatória, mesmo quando induzidos por pressões burocráticas e legais.

Evidências empíricas demonstram imprecisões nas discussões eventuais a respeito da política universitária e a condição de a UNIR manter-se como universidade. O que isto significa e o que está sendo produzido pela IES. Estas imprecisões, porém, não destoam do conjunto do sistema de educação superior, sob intenso processo de regulação-flexibilização, quando por um lado as determinações legais estão crescentes ao longo da última década<sup>6</sup>, por outro pretende-se, pela mesma estratégia, criação de espaços alternativos de experiências curriculares, política de acesso e permanência, ampliação da oferta de educação continuada mediante ampliação da oferta de pós-graduação, entre outras.

A partir de 1995 a UNIR passa a “cuidar” melhor da produção de dados sobre si mesma. Surgem os primeiros ‘relatórios de gestão’, onde os dados buscam indicar quais as ações que estão sendo produzidas e os seus resultados. Estes relatórios, porém surgem sem análises adequadas de seus impactos no processo de gestão, e, em si mesmos, satisfazem ao requisito de informar. Estudos no âmbito da UNIR apontam para a necessidade de preparar-se um ambiente propício a mudanças, formação de lideranças e capacidade de fazer uma cultura institucional favorável a melhoria no convívio interpessoal e melhoria de desempenho pelas vias da constância de propósito e perseguição de metas<sup>7</sup>. Além disto, há um forte apelo para a necessidade de rediscutir o modelo, inserção política e responsabilidade social da instituição no Estado<sup>8</sup>.

Avaliar torna-se uma atitude imperiosa. Ao longo do tempo a necessidade de tomada de consciência sobre os acertos e falhas quanto ao uso dos mecanismos jurídicos, administrativos e pedagógicos torna-se cada vez mais necessária, para própria sobrevivência da instituição. Toda a comunidade se vê incitada a buscar os caminhos, a construí-los. De maneira mais específica, a avaliação deve tornar a

---

<sup>5</sup> A propósito da distinção entre pertinência e relevância ver: Brasil, 2003, 2004.

<sup>6</sup> Notadamente as orientações normativas pelo Conselho Nacional e o MEC quanto a currículos, autorização e reconhecimento de cursos, abertura de IES.

<sup>7</sup> Cf. TOURINHO, Maria Berenice A. C. 2002 que em sua tese doutoral discute os perfis de liderança nas unidades administrativas da UNIR.

<sup>8</sup> Cf. FUJIHARA, A. 2004.

universidade capaz de tomar decisões no sentido de um projeto político-pedagógico. Este aspecto, na UNIR, é uma exceção: não há um documento que responda pelas diretrizes pedagógicas para a instituição, seu caráter educacional está disponível as interpretações do acaso e, ao mesmo tempo, do conjunto dos cursos em seu corpo docente, técnico e estudantil.

Para este projeto a conjuntura nacional e internacional na qual a avaliação ressurgiu, não deve ser ignorada, mas a avaliação, como uma proposta integrada a uma política educacional, vem sendo gestada e fortalecida especialmente no âmbito internacional. Neste ambiente, os seus maiores avanços vêm sendo alcançados na discussão sobre modelos para medir padrões de desempenho acadêmico, especialmente àqueles referidos as competências adquiridas pelos alunos em seu processo de formação e aprendizagem e à infra-estrutura da oferta dos serviços pelas IES.

Se por um lado a presença da avaliação se vê estimulada a partir do contexto internacional, por outro integra-lhe o progresso dos resultados em relação as metas e objetivos como requisito de coerência para pertinência social<sup>9</sup>. O que poderia parecer contraditório pela natureza das pressões (uma de ordem estrutural e econômica outra social e do interesse público) convergem na construção objetiva de processos de avaliação, na qual a partir dos dados de resultados de aprendizagens se desenvolvem simultaneamente parâmetros mais adequados para decidir o quanto o investimento que está sendo injetado produz qualidade e benefício social<sup>10</sup>.

Em um projeto de avaliação, não se trata de negar ou afirmar a necessidade de avaliar, mas o que fazer com seus resultados e como fazê-la de maneira a não desmerece-la, seja pela inclinação *estética* de que correntemente se utilizam os planejadores ou gestores públicos, ou supervaloriza-la por aptidão técnica que a avaliação possui em confundir-se com os próprios dados que produz. Verifica-se a necessidade de responder às expectativas e questionamentos da comunidade externa gerando um processo de constante interação mediante conhecimento pleno de suas carências e alternativas. Um resultado importante é discutir e elaborar um projeto

---

<sup>9</sup> Sobre Pertinência social ver UNESCO, 1998.

<sup>10</sup> Sobre o tema cf. BOMENY, Helena (Org.) Avaliação e Determinação de Padrões na Educação Latino-Americana. OPREAL, FGV, Rio de Janeiro, 1997.

político e pedagógico na instituição avaliada coerente com o paradigma determinado por uma sociedade nortada pelo princípio da existência de um *Estado de Direito e Democrático*. Há que se manter em foco a pertinência dessa integração entre toda comunidade acadêmica interna e externa com sua missão e visão de instituição e de mundo.

Nas instituições de ensino superior, especialmente as Universidades, avaliar é um desafio à consciência e a gestão do conhecimento. Detectar aspectos a serem melhorados ou superados, consiste em uma apreensão imersa na realidade na qual todos somos avaliadores e avaliados. Para este projeto, avaliar é descobrir, analisar, espelhar e redirecionar as ações. Entretanto descoberta, análise, espelhamento e (re)direção está diretamente vinculada ao *ajuizamento* que a própria comunidade for capaz de elaborar a partir dos resultados obtidos em suas questões avaliativas, a sua auto-crítica e o reconhecimento de si mesma. Neste sentido este projeto se justifica além de sua existência legal: diz respeito a compreensão da avaliação com uma visão de oportunidade para construir consensos, consolidar interpretações, apoiar necessárias atitudes e ações e ampliar o comprometimento e aperfeiçoamento dos diversos segmentos da comunidade acadêmica na UNIR e fora dela.

A finalidade da auto-avaliação passa pela *leitura* contextualizada da nossa instituição, a ser indicada no relatório de publicação de resultado posto que, eximir-se ou abrir mão dessa contribuição à avaliação externa levaria a um panorama equivocado de nossa realidade se submetido a critérios padronizados e descontextualizados.

### **3- OBJETIVOS:**

#### **3.1-OBJETIVO GERAL**

Adotar a avaliação institucional e dotar a UNIR desta prática, visando levantar dados, cenários e perspectivas que permitam o aperfeiçoamento do processo de convivência institucional no que tange a gestão, perfil e comunicação.

### **3.2-OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Realizar auto-avaliação institucional, com vistas a:

1- Estimular a adoção de uma postura de autocrítica de docentes, discentes e pessoal técnico-administrativo, na expectativa de assegurar a qualidade, relevância e pertinência de seus produtos e serviços;

2- Diagnosticar como se realizam e se inter-relacionam na UNIR as tarefas acadêmicas em suas dimensões de ensino, pesquisa, extensão e administração;

3- Rever o projeto pedagógico institucional a fim de restabelecer compromissos e parcerias com a sociedade regional;

4- Estudar, propor e implementar mudanças no cotidiano do ensino, da pesquisa e da extensão contribuindo para a reformulação do projeto pedagógico institucional, tornando-os socialmente legitimados

5- Responder as demandas das comissões externas de avaliação, no contexto do SINAES,

6- Proporcionar um diálogo com a comunidade e instituições parceiras da UNIR

7- Apoiar a melhoria qualitativa do conjunto institucional em direção as suas metas e objetivos

### **4- PRODUTOS**

Entende-se, a partir dos objetivos, como principais produtos da avaliação institucional:

- A revitalização das práticas participativas, colaborativas, coletivas e intregadoras no ambiente institucional, favorecendo o diálogo, comunicação e decisão sobre os rumos institucionais
- A revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional
- A elaboração de diretrizes para o Projeto Pedagógico Institucional
- A proposição dos elementos constitutivos dos Termos de Compromisso a serem efetivados com a comunidade acadêmica da UNIR e, posteriormente, com Ministério da Educação

## **5- REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLOGICO:**

### **5.1- Princípios e Abordagem**

O pressuposto inicial que foi e é perseguido é o senso de oportunidade ao tratar a auto-avaliação como um espaço OPORTUNO para repensar inteiramente a UNIR a partir dos anseios de seus próprios atores. A partir dos princípios abordados e das condições a que se submete o presente estudo, declara-se que todo o processo de avaliação adota o princípio da co-responsabilidade e enseja construir no conjunto do próprio trabalho o interesse de todos pelos seus resultados.

A avaliação na UNIR buscará sempre respeitar a participação e incluir em todos os momentos do trabalho os anseios e preocupações que se apresentem, de maneira a assegurar que os resultados sejam significativos em primeiro lugar à própria universidade e seus participantes, *incluindo-se* nisto a própria elaboração deste projeto.

A equipe coordenadora do processo de avaliação propõe que este ocorra com uma postura de indagação constante e sistemática, transformando-se e aperfeiçoando-se durante sua própria execução. Pretende-se todo o processo de formulação do projeto mediante identificação das questões de avaliação, refinamento de indicadores, produção de ferramentas e elaboração/revisão dos resultados, referenciado nas análises

e sugestões dos interessados/usuários<sup>11</sup> da avaliação, emergindo de sua própria execução e da meta-avaliação.

Para os fins acima anunciados, o processo de auto-avaliação da UNIR, orienta-se pelos seguintes princípios:

- **utilidade:** capacidade de trazer informações que os próprios interessados considerem relevantes;
- **representativo:** significa tratar o alcance dos interessados em função um maior número de segmentos presentes nos quesitos pesquisados;
- **abrangente:** trabalhar com a maior números de dados e informações, do ponto de vista das questões avaliativas;
- **legítimo:** o trabalho da avaliação se reporta, sempre, a validação da audiência melhorando as chances de responsividade;
- **participativo:** que envolve mecanismos coletivos de construção e implantação do processo avaliativo, envolvendo os interessados em todas as etapas.

A abordagem da avaliação será conduzida a partir das etapas de operacionalização constante no roteiro da CONAES complementado pelo desenho metodológico que as contemplam.

### **Etapas de Operacionalização**

Constituem etapas de operacionalização aquelas que articulam o desenho metodológico formulado pela comissão de avaliação institucional da UNIR aos requisitos mínimos propostos pela CONAES.

---

<sup>11</sup> Entende-se por interessados/usuários da avaliação todos os que estão envolvidos na avaliação e que, de alguma maneira, possuem relação com o objeto e objetivos da avaliação. Experiência que aprecia este referencial metodológico inspira-se na experiência da equipe de Penna Firme e outros (2002), na avaliação do Programa de Educação na Amazônia que, embora com outra escala e finalidade, são apropriados para o que se pretende aqui.

A operacionalização desta auto-avaliação coordenada pela CPAV<sup>12</sup>, integra estes requisitos ao *ritmo do possível* dentro da complexidade e condições objetivas a que estão submetidas as IES no país, em função de suas tarefas e demandas. Um desenho metodológico dinâmico convive e constrói as suas próprias condições ao tempo em que a avaliação se desencadeia.

Dito o anterior, as etapas podem ser sintetizadas da seguinte maneira:

**Preparação e Sensibilização:** Cumpre-se, ao tempo em que conclui-se, com a revisão pelo Conselho Superior do projeto de avaliação, indicadas nas ações que envolveram a constituição da comissão e a mobilização em favor das questões avaliativas, demonstradas no Relatório presente como apêndice deste projeto. O produto desta etapa consiste da versão final deste projeto e dos passos metodológicos que se cumpridos e a cumprir no desenvolvimento da avaliação. Obviamente que a ação sensibilizadora deve estar presente e permeia toda ação avaliativa em relação a audiência. Efetivamente desconhece-se um ponto ótimo de sensibilização.

**Desenvolvimento:** Cumpre-se quando dos itens relativos a produção e aplicação de instrumentos de coleta de dados, atendendo-se aos princípios da avaliação. Constitui-se dos passos que se reportam aos itens 5 (validação do Projeto e das questões) ao 8.1 (realização do seminário), presentes na proposta metodológica. O produto desta etapa são as ferramentas aplicadas, os dados coletados e as críticas aos rascunhos analíticos que produzirão os relatórios parciais a serem submetidas ao ajuizamento destes pela audiência no seminário.

**Consolidação:** Constitui-se dos passos que envolvem a produção dos relatórios parciais e finais da avaliação da UNIR (itens 9 a 11, da proposta metodológica), cumprindo-se o ajuizamento pelos interessados dos dados obtidos, sua apropriação e tomada de decisão em relação a avaliação da UNIR. Constitui-se produto desta etapa a decisão sobre as diretrizes do Projeto Pedagógico Institucional e para Revisão do Projeto de Desenvolvimento Institucional, mediante documento.

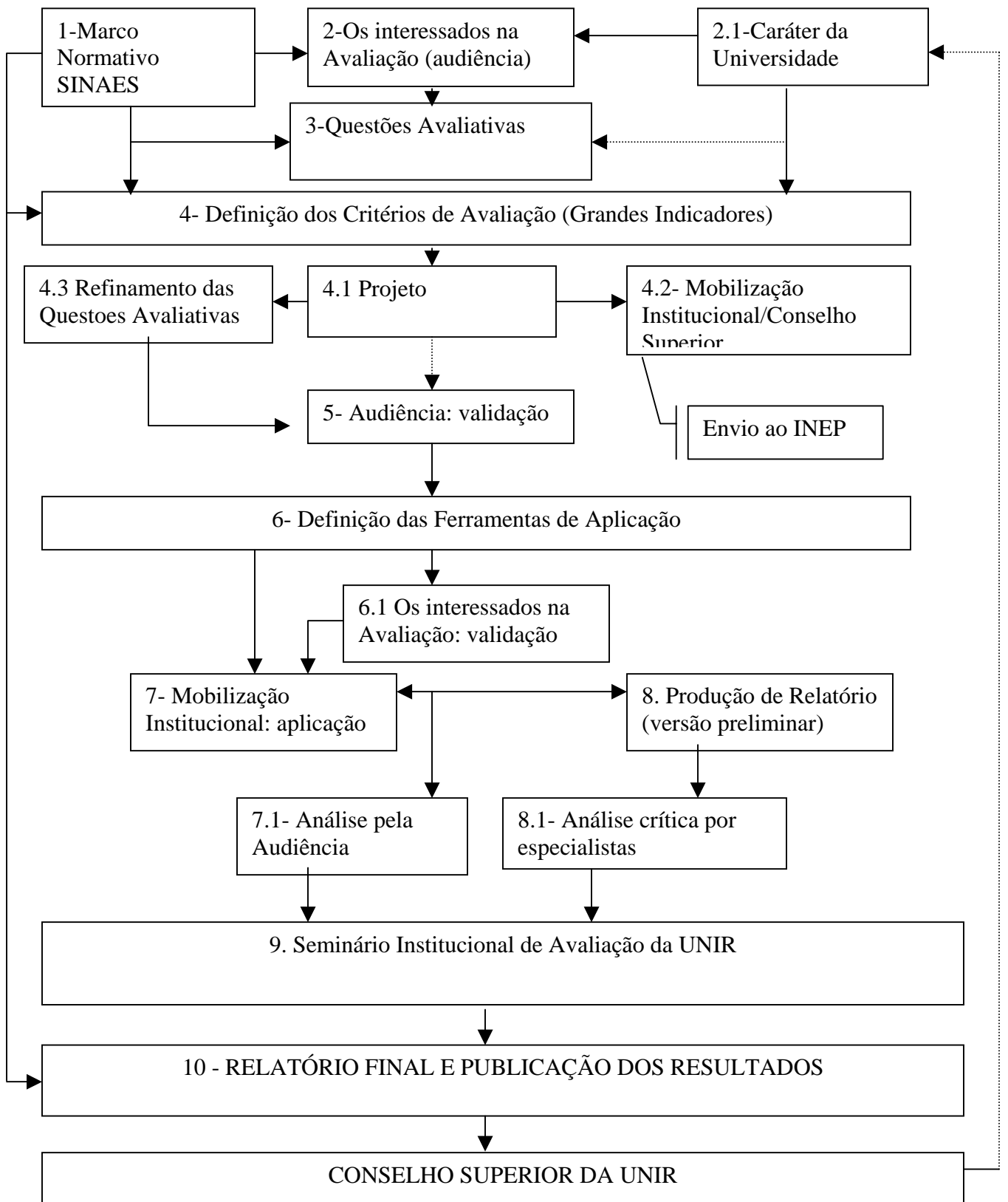
---

<sup>12</sup> A CPAV deverá ser criada por ato do Conselho Superior.

## **5.2 - Desenho Metodológico em Função das Etapas de Auto-Avaliação**

As etapas de operacionalização da avaliação não despreza as orientações da CONAES em seu roteiro de avaliação, apresentando-se porém um modelo dinâmico, representado esquematicamente abaixo, para detalhar-se logo após:

## Desenho Metodológico em Função das Etapas de Auto-Avaliação



A partir da instituição do SINAES, como marco normativo (1), Lei no.10.861 de 14 de abril de 2004 e Portaria 2.051, de 09 de junho de 2004, buscou-se o envolvimento dos interessados, que passamos a chamar de audiência (2), mediante a mobilização dos interessados na avaliação e sua compreensão do “ser universidade”(2.1), associado a importância de ser avaliado.

Tal audiência, por sua vez, reunida em oficinas<sup>13</sup>, tendo como referência o marco normativo do SINAES e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UNIR segundo orientações da CPAV<sup>14</sup> elencou de forma grupal e por campi, questões avaliativas(3), que foram sistematizadas e agrupadas por itens-chave e as evidências mais incidentes no elenco que questões de questões avaliativas(3) formuladas pela audiência tornaram-se pistas sobre quais os elementos merecedores de atenção institucional. Estas passam também a ser entendidas como evidências do foco da avaliação e orientações para as questões definitivas do propósito, alcance e critérios de avaliação pela equipe coordenadora (4), servindo de parâmetros indicativos qualitativamente importantes para formar a base da avaliação institucional da UNIR. No processo de levantamento de evidências, incluindo-se como etapa de preparação do projeto, tomou-se como questões avaliativas preliminares os dados presentes na legislação do SINAES, especialmente os itens obrigatórios da avaliação. Durante a construção das evidências comuns, recorreu-se ao documento Roteiro de Auto-Avaliação Institucional-2004. Estes documentos, embora tratem de determinações explícitas sobre o que cada IES deve fazer, não prevaleceram em relação aos interesses dos participantes e a ordem de prioridade quanto ao tratamento das determinações legais em relação ao ganhos e interesses próprios que teria a avaliação pelos envolvidos.

Os critérios nortearam a estruturação do projeto de avaliação institucional da UNIR. Este será submetido a apreciação e parecer do Conselho Superior (4.2), e uma vez oficializado permitirá a mobilização em torno do projeto de avaliação proposto (4.1) e operacionalmente permitirá o refinamento das questões avaliativas (4.3), uma vez aprovado pelo Conselho Superior competente, o projeto será enviado ao INEP, e o

---

<sup>13</sup> Cronograma de oficinas dos campi em anexo.

<sup>14</sup> E a técnica de *brainstorming* (Tempestade de idéias).

refinamento das questões será submetido a audiência da UNIR (campi) para sua validação e legitimação metodológica.

As duas instâncias, validação da audiência e aprovação do Conselho Superior, permitirão a CPAV definir as ferramentas de aplicação(6). A fim de que se validasse a ferramenta (6.1), os interessados serão mobilizados para pré-teste, reflexão e análise das mesmas, para tanto será desencadeado paralelamente um processo de massivo de mídia visando ampliar as possibilidades de cobertura do conhecimento e da aplicação da ferramentas, mobilizando a instituição(7), para este fim. Os dados que forem sendo produzidos, a CPAV coordenará o processo paralelo para elaboração de relatório preliminar(8), direcionado as questões avaliativas produzidas em razão dos critérios observados pela CPAV e cujos mecanismos envolvem procedimentos de tabulação, registros, digitação, compilação de material em geral.

As versões que antecipam a versão preliminar, bem como o próprio relatório preliminar sempre retornarão aos interessados (7.1) para que os mesmos não deixem de acompanhar o processo. A versão do relatório preliminar também será submetido a acrescentando-se da análise crítica de especialistas (8.1), entre três a cinco convidados de notório saber sendo dois ou um dentro da própria UNIR, não participantes da coordenação do processo, e três ou dois externos a instituição.

Este passo será decisivo e preparatório e para a realização do Seminário Institucional onde se pretende que toda a comunidade docente e técnico administrativo da UNIR se apresente, além de representantes discentes por curso, comunidade externa participante, numa expectativa de um mil (1.000) participantes. Das discussões, proposições e análises do relatório preliminar, o seminário institucional produzirá a avaliação propriamente dita a repercussão nos instrumentos institucionais oficiais, tais como o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Projeto Político Pedagógico, bem como diretrizes para a formulação do Termo de Compromisso para o MEC. Este resultado transformar-se-á no relatório final (10) pela comissão de avaliação, a ser publicado, divulgado entre os interessados e homologado pelo Conselho Superior competente na UNIR. Este também será apreciado pela CONAES e pelas comissões de avaliação externas.

Assim, a CPA, com base na concepção de avaliação norteada pelos princípios de *utilidade, representatividade, legitimidade, abrangência e participação*, pretende-se que se utilize os resultados da avaliação para a melhoria e aperfeiçoamento de processos favoráveis ao desenvolvimento da UNIR e a redescoberta, a tempo e com rigor, do *ser* universidade.

### **5.3- Questões de Avaliação**

A partir desta sistematização, e coerente com o desenho metodológico proposto, foram definidos os seguintes critérios norteadores para avaliação (indicadores) da UNIR e as respectivas questões básicas que servirão para roteiro do relatório final, em consonância com a matriz de evidências na etapa preparatória do projeto e se apresentam no âmbito de orientação as ferramentas de avaliação:

a) **GESTÃO:** A Gestão da UNIR cumpre sua missão já declarada no PDI/2004, com vistas a alcançar a visão proposta? Como isto acontece?

Neste critério de avaliação estão focados os elementos de estrutura e organização, parcerias e financeiro nas esferas educacional, política de gestão e atividades-meio.

b) **PERFIL INSTITUCIONAL:** Quem faz a UNIR: quem são, como atuam e o que pensam?

Neste critério são tomados em conta os aspectos psicológico, sócio-econômico, percepção profissional, expectativas pessoais-profissionais, formação (básica, pós-graduação etc) dos envolvidos na avaliação.

c) **COMUNICAÇÃO:** Como se dá a estrutura de compromisso institucional entre os interessados? Neste critério são elementos relevantes a comunicação com a sociedade, a comunicação presente na gestão de processos, estrutural, interpessoal, disseminação do conhecimento, chefia e liderança. Leva-se em conta a dimensão psicossocial, atitudinal, cultura institucional.

## 6- ABRANGÊNCIA

A distribuição quantitativa dos interessados será precedida de levantamentos específicos nos setores da UNIR. A princípio, com base nos dados presentes nos relatórios de gestão, pretende-se atingir o seguinte contingente, com um índice aceitável de perda de 10%:

### Quadro 1 – Estimativa dos interessados na avaliação por sua condição em relação a universidade (2004)

<b>Interessados Internos</b>	<b>Ativos</b>	<b>Aposentados</b>	<b>Pensionistas</b>
Docentes	314	ni	ni
Técnicos	288	45	9
Discentes(1)	5.052		
Discentes Programas Especiais(1)	7.889		
Discentes Pós-Graduação(1)	320		
<b>Interessados Externos</b>			
Gestores de Instituições parceiras(2)	10		
Representações Sociais(3)	10		
Representação Política(4)	-		
Representação da gestão Governamental Estadual, Municipal(5).	10		
Prestadores de Serviços à UNIR(6)	05		

Fonte: Relatório de Gestão-UNIR, Dez.2004. Relatório de Gestão RIOMAR. PROPEX

Legenda:

(1)Por amostra de 15% por curso existente em cada campus.

(2)Lista dos parceiros da UNIR a ser revista a partir do relatório de gestão 2004

(3)Lista de representações sociais no apêndice a ser revista na PROPEX, atividades de extensão.

(4)A representação política consiste em instrumentos para Deputados (Estaduais e Federais), Senadores de maior aproximação e/ou demanda junto a UNIR, mediante revisão de ações parlamentares, bem como agentes de controle externo e o próprio MEC.

(5)Previsão de instrumentos para Prefeitos, governadores e secretários de estado.

Serão utilizadas diversas técnicas consoante a uma observação participante, coletando-se informações de fontes e interessados diversos como descritos acima. Privilegiar-se-á, para efeitos das exigências legais, os levantamentos de dados diagnósticos, especialmente no critério *Gestão*, diversificando-se nos outros elementos (*Perfil Institucional e Comunicação*) para aplicação de questionários, entrevistas e conversas informais, observação direta, análise estatística, oficinas e seminário.

A avaliação exigirá uma logística complexa o que incidirá em um processo de alta envergadura no Estado de Rondônia. A equipe também opta pela pesquisa direta, evitando-se os meios eletrônicos de coleta em relação aos interessados internos, com o objetivo de assegurar que a fonte dos dados não seja identificada e evitar desgastes quanto a logística da própria avaliação em relação ao que os meios eletrônicos exigem.

## **7- LIMITAÇÕES**

Registramos aqui o que julgamos que seja a avaliação, referida a capacidade intrínseca de se coordenar este processo estando todo o tempo envolvidos neste evento como avaliadores e interessados na avaliação e, ao mesmo tempo, a maioria da equipe estar como militantes do cotidiano institucional.

Tendo por base os princípios já declarados para a avaliação, uma primeira limitação da avaliação institucional ocorre a partir da própria condição de trabalhar com eixos avaliativos. O mesmo propósito que os institui, ou seja: permitir uma convergência para elucidar questões cruciais carentes de emitir-se juízo de valor e, a partir destes, tomar decisões, pode oferecer restrições a outros aspectos que poderão igualmente estar envolvidos na avaliação.

A formulação legal traz pré-formulação das questões a serem levantadas. Trata-se de indicar elementos obrigatórios e opcionais para avaliação. A presença dos elementos obrigatórios necessariamente conduz a atenção do trabalho de avaliação a estas ferramentas, que, de alguma maneira, limita a atenção da equipe á medida em que o interesse pela avaliação indica um instrumento que direciona o processo colocando-o em permanente tensão entre os reais interesses e condições de execução da avaliação neste domínio.

Outra limitação diz respeito ao próprio ambiente para a avaliação institucional em um momento de tanta escassez de recursos e precariedade de investimento em ações efetivamente avaliativas. Essas pré-condições existentes da cultura da avaliação trás o risco de não participação efetiva e envolvimento da audiência como normalmente vem ocorrendo em circunstâncias anteriores, trazem uma limitação ao trabalho em função de ser uma variável que aos avaliadores não é possível controlar.

A fragilidade da UNIR, em sua trajetória política, faz sombra a iniciativa da avaliação. Além disto os documentos norteadores regularmente citados na legislação praticamente inexistem, como o Projeto Pedagógico Institucional ou ainda não estão absorvidas pela comunidade universitária, com o Plano de Desenvolvimento Institucional. Um aspecto que pode ser constituir como uma limitação com tendência a interrupção do processo de avaliação refere-se as condições objetivas de execução da avaliação no que se refere a disponibilidade de recursos para execução da avaliação. Esta limitação pode se concretizar diante da definição entre as necessidades e os custos para atendimento destas necessidades, bem com o efetivo envolvimento da administração superior em apoiar o procedimento avaliativo e garantir sua sobrevivência e conclusão de metas.

De fato, estas limitações podem ser superadas pelo decorrer do processo, mas estando presentes e fortalecendo-se impõem limitações importantes sob as quais a avaliação exige, cada vez mais, atenção aos seus princípios e informação e envolvimento da audiência neste processo.

## **8- SISTEMA DE GERENCIAMENTO E RECURSOS NECESSÁRIOS**

A equipe de avaliação trabalhará sob a regulação de uma resolução do Conselho Superior que a institui definindo, inclusive as condições de trabalho pela administração superior. Pretende-se a obtenção de três níveis de atuação: Nível de coordenação; Nível de execução; Nível Operacional.

O nível de coordenação constitui-se de coordenadores que se distribuem a partir de tarefas e atividades estabelecidas em conjunto com uma coordenação geral que articula a elaboração, revisão e aplicação do projeto bem como ações específicas em cada campi, supervisionando os aplicadores dos instrumentos de avaliação selecionados e/ou produzidos por ela, sob validação da audiência.

O nível de execução constitui-se de recursos humanos disponíveis na própria UNIR para levantar os dados de diagnóstico, privilegiando-se informantes por setor mediante demanda de ferramentas produzidas pela CPAV.

O nível operacional constitui-se de aplicadores de questionários e entrevistas. Também se inclui pessoal de apoio para digitação e ampliação do material.

## **8.1 - Necessidades**

### **8.1.1 Recursos Humanos**

- 01 Designer
- 150 Aplicadores de questionários
- 01 Estatístico;
- 03 Digitadores,
- 05 Tabuladores ou 01 software de tabulação instalados em, no mínimo, 03 computadores;
- 01 Equipe de Logística com 05 pessoas;
- 01 Motorista
- 01 Secretári@ em dois turnos

### **8.1.2 Materiais de Consumo:**

- 3.000 Folders (1.500 para divulgação geral e 1.500 para seminário)
- 400 Cartazes tamanho A3, papel couchê, colorido (200 campanha e 200 seminário)
- Material de expediente
- 20 CD-ROM Regravável
- 20 Resmas de Papel A4
- 200 Pranchetas
- 3 cx Lápis
- 200 borrachas
- 1 cx. Caneta
- 200 Pastas com elástico
- 30 resmas de Papel com pauta

### 8.1.3 Equipamentos:

- 03 Computadores com gravadores de CD
- 01 Impressoras laser
- 01 Impressora jato de tinta para impressão colorida
- 01 Escaner
- 01 Telefone-fax com código para ligações para os campi
- 01 Veículo
- 01 Projetor multimídia

## 9 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

AÇÕES	2005						2006		
	Jul	Agos.	Set	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.
Aprovação pelo Conselho e Envio ao MEC	x								
Elaboração de Ferramentas	x								
Validação das Ferramentas		x							
Aplicação das ferramentas			x	x					
Consolidação dos dados				x	x				
Produção do Relatório Preliminar								x	
Distribuição e Análise pelos interessados								x	x
Preparação do Seminário de Avaliação					x			x	
Realização do Seminário de Avaliação									x
Produção do Relatório Final									x
Divulgação do Resultado									x
Homologação pelo Conselho Superior									x

Observações: Os meses de novembro e dezembro, por coincidirem com período de férias dos profissionais não haverá atividades da Comissão de Avaliação.

**Somente será possível estabelecer a execução do cronograma se a decisão em favor da avaliação aconteça acompanhada da definição e liberação dos recursos para a realização da avaliação de maneira efetiva.**

## 10. ORÇAMENTO

<b>REALIZAÇÃO DA ETAPA DE CONSOLIDAÇÃO</b>	<b>R\$</b>
Material de Consumo	2.000,00
Passagens terrestres	1.500,00
Passagens aéreas	7.000,00
Divulgação	2.000,00
Campanha de mobilização	3.000,00
Aplicadores (150) x 50,00	7.500,00
Alimentação	1.500,00
Vale-Transporte	1.000,00
Diárias Nível Superior (70) 116,82	8.177,40
Serviços de Terceiros Pessoa Física (5) 1.000,00	5.000,00
<b>Sub-Total (1)</b>	<b>34.677,40</b>
<b>REALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO</b>	
Seminário de Avaliação Institucional	15.000,00
Publicação dos resultados	5.000,00
<b>Sub-Total (2)</b>	<b>20.000,00</b>
<b>TOTAL [1+2]</b>	<b>54.677,40</b>

## 11. META-AVALIAÇÃO

Constitui-se das considerações que a audiência proceda em relação a condução das atividades da avaliação pela audiência, pelos atores e respondentes dos instrumentos. Também se verá refletida na produção dos relatórios parciais

## 12. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOMENY, Helena (Org.) Avaliação e Determinação de Padrões na Educação Latino-Americana. OPREAL, FGV, Rio de Janeiro, 1997

BRASIL, W. et alii. Aspectos da expansão da educação superior na Amazônia. In: Seminário Internacional de Educação Superior na Amazônia (SIESA), Porto Velho, GEPES, 2004.

BRASIL, W. Pertinência Científica das IFES Universitárias na Amazônia: Pressupostos, Razões e Alternativas. (Tese doutoral). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos NAEA-UFPA, Belém, PA, 2003.

FUJIHARA, A. Universidade e Desenvolvimento Regional: Uma leitura a partir do campus de Rolim de Moura (Dissertação de Mestrado). Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional, 2004.

MODELO para o desenvolvimento da UNIR. Fundação João Pinheiro, Rio de Janeiro, 1984

PENNSA FIRME, T et alii. Avaliação do Programa de Educação na Amazônia. Relatório de Avaliação, [Grupo Colméia] Programa de Educação na Amazônia, Rio de Janeiro, 2002.

PROJETO de Implantação da Avaliação Institucional da UNIR. [PAIUB], Porto Velho, UNIR, 1996.

TOURINHO, M. B. A. C. Liderança organizacional. (Tese doutoral). Universidad de Havana, Cuba, 2002.

UNESCO, Conferência Mundial da Educação Superior, França, Paris, 1998. Disponível em [www.unesco.org/fr](http://www.unesco.org/fr)